

## OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL N ° 314

Período: 15/11/2008 a 21/11/2008

### GEDES - Brasil

- 1- Brasil participa de Operação para defesa regional
- 2- Jovem agredido por militares não foi ouvido pelo Ministério Público Militar
- 3- Presidência da República organiza programa para doação de arquivos do regime militar
- 4- Conselho de Defesa Sul-Americano será instalado até março de 2009
- 5- Lei da Anistia permanece gerando polêmicas
- 6 - Soldados brasileiros invadem território paraguaio durante exercício
- 7- Almirante Negro é homenageado no Dia da Consciência Negra
- 8- Governo pretende definir Plano Nacional de Defesa ainda em 2008
- 9- Comissão de Anistia pesquisará apoio de empresas privadas aos governos militares brasileiros

#### 1- Brasil participa de Operação para defesa regional

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, entre os dias 07/11/08 e 14/11/08 o Brasil participou de uma operação de defesa regional. A coalizão, liderada pelo Brasil, envolveu 12 países. O ponto de referência da operação que envolveu uma grande área foi a base de Natal (estado de Rio Grande do Norte), onde 650 missões foram empreendidas, num total de 1050 horas de vôo de combate. A operação militar, denominada Cruzeiro do Sul (Cruzex), envolveu 100 aeronaves e um número de 2.500 militares. Do total de participantes, 500 eram estrangeiros. A principal função dessa ação foi o exercício de gerenciar uma atividade militar em conjunto contra uma força inimiga. O coronel Edmilson Leite Guimarães, do Comando da Aeronáutica, afirmou que a operação obteve uma qualificação além da prevista. A quarta Cruzex foi feita a partir das doutrinas adotadas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Os países países a utilizarem grupos de aviões foram Brasil, França, Venezuela, Chile e Uruguai. Como observadores estiveram Argentina, Espanha, Estados Unidos, Colômbia, Peru, Paraguai e Bolívia, sendo que a Argentina forneceu seu software de guerra simulada nos sistemas da Cruzex. A Força Aérea Brasileira (FAB) pôde utilizar seus interceptadores supersônicos Mirage 2000C pela primeira vez. Os aviões-radares R-99A de alerta avançado que acompanharam as ações eram todos brasileiros. Várias mulheres participaram dos movimentos, entre elas pilotas brasileiras e mecânicas francesas. O jornal também noticiou que no dia 14/11/08 um helicóptero H-1H-8532 da FAB, que havia participado da Cruzex 4, caiu na cidade de Icapuí (estado do Ceará). Três militares morreram e três ficaram feridos. O Comando da Aeronáutica informou em nota oficial que lamenta o fato ocorrido. As investigações para saber a causa do acidente já começaram. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/11/08).

#### 2- Jovem agredido por militares não foi ouvido pelo Ministério Público Militar

Segundo o *Jornal do Brasil*, Pedro Montenegro, chefe da Coordenação-Geral de Combate à Tortura da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), declarou-se surpreso com a forma que o Ministério Público Militar (MPM) investiga o caso do jovem que teria sido agredido por militares no dia

05/11/08. O suposto incidente aconteceu na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro (capital do estado). O agredido não passou por exame de corpo de delito, e sua mãe, que se propôs a prestar depoimento, não foi chamada pelo MPM. Os três militares que teriam torturado o rapaz, que teve 70% do corpo queimado por ácido e corre o risco de ficar cego, estão trabalhando normalmente. Montenegro afirmou que houve tortura por parte dos homens de farda e salientou a necessidade de colocar as Forças Armadas dentro da Constituição Federal. A Polícia Federal entrou com um inquérito para saber o que realmente aconteceu e já intimou os militares e a família da vítima para apurar os fatos. (Jornal do Brasil – País – 15/11/08).

### 3- Presidência da República organiza programa para doação de arquivos do regime militar

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Presidência da República está organizando um programa com o objetivo de juntar mais provas sobre a repressão política durante o regime militar brasileiro (1964-1985). O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, promoverá um edital e propagandas para que se acentue o número de doações de documentos e arquivos sobre o assunto, que será lançado em breve. Paulo Vannuchi, ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos e um dos apoiadores do programa, garante que há arquivos desconhecidos pela sociedade brasileira. Vannuchi espera com isso conseguir mais informações sobre o paradeiro de quase 140 pessoas que desapareceram naquela época. Quem doar os documentos para o governo terá sua identidade mantida em segredo, e caso a pessoa não queira doar o arquivo, poderá autorizar que o documento seja digitalizado por especialistas. Essa campanha está dentro de um projeto maior, denominado Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985). O ministério da Casa Civil é quem coordena as ações do projeto, que objetiva digitalizar e juntar os principais registros do Brasil no decorrer do regime militar. Órgãos de auxílio à repressão naquele período, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), são a base de estudos desse projeto. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/11/08).

### 4- Conselho de Defesa Sul-Americano será instalado até março de 2009

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou no dia 17/11/08 em Buenos Aires, que o Conselho de Defesa Sul-Americano, proposto pelo Brasil, será instalado até março de 2009. Jobim afirmou que este órgão não será uma aliança militar convencional, mas um "centro de discussão para acerto de posições nacionais". Falta, na opinião de Jobim, apenas resolver uma "desinteligência retórica" entre Venezuela, Bolívia e Colômbia. Este último propôs que os outros países reconhecessem as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) como terroristas. Venezuela e Bolívia defendiam papel operacional para o órgão, como atuação em segurança energética e combate ao narcotráfico. Tais divergências e falta de consenso foram fundamentais para que o Conselho não saísse do papel na última reunião que ocorreu no mês de maio de 2008. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/11/09).

##### 5- Lei da Anistia permanece gerando polêmicas

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que Nelson Jobim, ministro da Defesa, afirmou que a discussão e as decisões sobre a Lei da Anistia (1979) são de exclusividade do Poder Judiciário, não do Executivo, visto que somente o Supremo Tribunal Federal (STF) pode decidir sobre a revisão ou não do alcance da Lei. Segundo coluna da *Folha de S. Paulo* assinada pela professora doutora de Direito Internacional do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Deisy Ventura, a idéia de que a anistia vale para agentes públicos e para os contrários ao regime militar está incorreta e deve ser abandonada. Ventura argumenta que os militares se apropriaram ilegitimamente do Estado - detentor do monopólio legítimo da força - e de seus recursos para promover sistematicamente a tortura e que não havia perigo de que o comunismo se instalasse no país. Segundo a professora, cabe agora ao STF decidir sobre o julgamento e punição dos agentes públicos pelos crimes cometidos contra a humanidade praticados durante o período. Declarou que o Brasil "está cada vez mais isolado do mundo no que tange à memória e à justiça" e que deveria seguir a jurisprudência internacional no que se refere à imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade. De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, o principal especialista em direitos humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU) para Tortura, Manfred Nowak, afirmou em relatório que nenhuma lei de anistia deveria impedir a investigação de crimes como a tortura, pois a obrigação moral de levar os responsáveis por tais delitos à Justiça sobrepõe-se a qualquer legislação, são crimes contra a humanidade, portanto imprescritíveis. Disse ainda que "quando falamos na tortura sistemática praticada no regime militar do Brasil a partir da década de 60, é claro que ela pode ser considerada um crime contra a humanidade". Nowak elogiou o Brasil pelas ações feitas desde o fim da ditadura em relação à indenização das vítimas, e disse que a lacuna está justamente em relação à tortura e ao limite de aplicabilidade da Lei da Anistia. Segundo o *Estado de S. Paulo*, o parecer solicita investigações por parte do governo brasileiro e afirma que no início de 2009, a ONU enviará um questionário cobrando posição sobre o assunto. (*Folha de S. Paulo* - Opinião - 19/11/08; *Folha de S. Paulo* - Brasil - 21/11/08; *Jornal do Brasil* - País - 21/11/08; *O Estado de S. Paulo* - Nacional - 19/11/08; *O Estado de S. Paulo* - Nacional - 21/11/08).

##### 6- Soldados brasileiros invadem território paraguaio durante exercício

Conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 19/11/08, durante um exercício de controle fronteira no estado do Mato Grosso do Sul, cerca de 30 soldados brasileiros adentraram 30 metros o território paraguaio, acompanhados de tanques e veículos de artilharia. O capitão Pedro Porto, que comandava a operação, se desculpou com a polícia paraguaia ao constatar o engano e se retirou. Entretanto, no dia 20/11/08, segundo a *Folha de S. Paulo*, o governo do Paraguai reagiu contra o incidente acusando o Brasil de "prática e atitude recorrente de confrontação e provocação" em um "comunicado à opinião pública nacional", que foi assinado pelo chanceler Alejandro Hamed Franco e pelo ministro da Defesa paraguaio. O embaixador brasileiro, Eduardo dos Santos, foi convocado pela Chancelaria paraguaia para prestar esclarecimentos sobre o episódio e o classificou como um "mal-entendido". Entretanto, Franco disse que a posição oficial do governo paraguaio não havia mudado após as explicações brasileiras e que operações em área fronteira devem ser coordenadas pelos dois países, o que o Brasil não

respeitou, pois o governo paraguaio não foi informado sobre o exercício com antecedência. O Ministério da Defesa brasileiro não se pronunciou sobre o caso e a assessoria do chanceler Celso Amorim disse que não houve, "em nenhum momento, sentido de provocação ou confrontação. O que prevalece nas relações das Forças Armadas é a cooperação e a amizade". O Itamaraty acredita que o posicionamento duro do governo paraguaio se deve a uma "expressão nacionalista", especialmente da imprensa e do novo governo que vem tendo uma atitude de acareação frente ao governo brasileiro, devido às questões políticas e econômicas referentes à Usina de Itaipu. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/11/08).

#### 7- Almirante Negro é homenageado no Dia da Consciência Negra

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, nas comemorações do Dia da Consciência Negra, em 20/11/08, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, homenageou o líder da Revolta da Chibata, João Cândido Felisberto, que recebeu um monumento no centro da cidade do Rio de Janeiro, depois de seis anos de oposição da Marinha ao ato. A revolta liderada por João Cândido ocorreu em 22/11/1910 quando 2.000 marinheiros se sublevaram contra castigos físicos (chibatadas) que receberiam. A revolta durou quatro dias e a Marinha classificou o fato como "um triste episódio da história do país". O ex-marinheiro foi anistiado por Lula em julho de 2008. A Marinha se ausentou da solenidade e criticou o marinheiro que Lula, o comandante das Forças Armadas, chamou de "herói". O Centro de Comunicação Social da Marinha afirmou não reconhecer "heroísmo nas ações daquele movimento. Entretanto, nada tem a opor à colocação da estátua, desde que haja o cuidado de evitar inserções ofensivas à força e às vítimas dos amotinados". Ao citar João Cândido, Lula elogiou opositores da ditadura militar brasileira (1964-1985), como Carlos Marighella e o militante comunista Gregório Bezerra. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional - 20/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/11/08; *Jornal do Brasil – País – 21/11/08*).

#### 8- Governo pretende definir Plano Nacional de Defesa ainda em 2008

Segundo o *Jornal do Brasil*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, confirmou que o governo federal pretende debater ainda em 2008 o Plano Nacional de Defesa. Segundo Jobim, o Plano levará em conta os "conflitos assimétricos" entre governos e grupos terroristas, a revisão da obrigatoriedade do serviço militar no país, o fortalecimento da indústria bélica e a recolocação dos militares na sociedade, entre outros pontos. No dia 27/11/08, Jobim se reunirá com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e os ministros Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), Dilma Rousseff (Casa Civil) e Franklin Martins (Comunicação) para concluir o Plano. Depois disso, Jobim convocará o Conselho de Defesa Nacional e espera que a aprovação do Plano ocorra até 15/12/08. (*Jornal do Brasil – País – 21/11/2008*).

#### 9- Comissão de Anistia pesquisará apoio de empresas privadas aos governos militares brasileiros

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, quer detalhar, através de pesquisas a serem realizadas a partir de 2009, o

apoio dado por empresas privadas aos governos militares brasileiros (1964-1985). O presidente da Comissão, Paulo Abrão, declarou durante o Seminário Latino-Americano de Justiça de Transição, na sede do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, que profissionais serão contratados para elaborar documentos de temas variados como a participação da sociedade civil na ditadura militar, a guerrilha do Araguaia, o movimento estudantil, a luta feminista, o movimento operário e militares perseguidos. Outro ponto dos estudos será a Operação Bandeirantes (Oban), que se tratou de uma articulação governamental, criada em 1969 e financiada por empresários, para combater os opositores do regime. Questionado se o Brasil pretende responsabilizar empresas privadas que deram apoio à ditadura no Brasil, Abrão declarou que “a Comissão não tem competência efetiva de investigar esses fatos, mas no meio do projeto do Memorial de Anistia Política ela procurará desenvolver resultados a partir do acervo dos processos da Comissão de Anistia”. Disse ainda que os relatos de perseguidos políticos indicam que empresas participaram ativamente do regime militar, incluindo listas com nomes de trabalhadores considerados subversivos ou comunistas que eram compartilhadas para que, depois de demitidos, estes indivíduos não fossem contratados por outras empresas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 21/11/08).

#### **SITES DE REFERÊNCIA:**

**Folha de S.Paulo –[www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)**

**Jornal do Brasil –[www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)**

**O Estado de S.Paulo –[www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)**

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

#### **\*\*\*Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Diego Barbosa Ceará (Redator, graduando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).